



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

*A Senal
Destino - em mãos
do Repetidor
25/2/85*

ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO PRESIDENTE

ADMITIDO NUMERE-SE E

RECORRE-SE

*Assunto: Proposta de Assunto
Consórcio de Finanças
25 / II / 85*

30 / IV / 85

O Presidente,

[Handwritten signature]

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

Exm^a. Senhor

Chefe de Secretaria da Assembleia
Regional dos Açores

9900 HORTA - FAIAL

253

NOSSA REFERÊNCIA
P^a. 20-PP

-8.FEV.1985

ASSUNTO: ENVIO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL - ORIENTAÇÃO AGRÍCOLA

Para os efeitos convenientes, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo de enviar a V. Ex^a. proposta de Decreto Legislativo Regional, acerca do assunto designado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O CHEFE DE GABINETE

[Handwritten signature]

EDUARDO GIL MIRANDA CABRAL

ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES
GABINETE DO PRESIDENTE
261
302
1985/02/03

ANEXO: 0 mencionado

CV/MC

ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES
Título: *Proposta de Decreto Legislativo Regional*
Ass.: *Orientação Agrícola*
Entrada n.º 5/85 de 33/02/85
Arquivo n.º 302
O Responsável
[Handwritten signature]
LEGISLAÇÃO



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

ORIENTAÇÃO AGRÍCOLA

A Agricultura açoriana, praticada desde o povoamento do Arquipélago em boas condições climáticas e de fertilidade dos seus solos, e ser vida por uma população laboriosa, necessita de ultrapassar determini nados obstáculos ao seu desenvolvimento e modernização.

Ocupando elevada percentagem da população activa da Região, e contribuindo com a maior percentagem para o seu Produto Interno Bruto, a Agricultura açoriana desempenha um papel insubstituível na vida socio-económica dos Açores.

Impõe-se, por isso, a consideração da sua realidade como objecto prioritário de medidas de política. Partindo daquela, deverá promover-se a valorização integral do agricultor dos Açores, como condição - além do mais - de uma evolução racional e intensa da Agricultura açoriana. Essa evolução tenderá a eliminar a dispersão das parcelas de cultivo, a inutilização injustificada dos solos agrícolas disponíveis e o não aproveitamento integral das potencialidades dos mesmos.

Com o presente diploma, contemplando matéria totalmente nova na Região, visa o Governo Regional lançar as bases de uma Orientação Agrícola voltada para o agricultor e para o aproveitamento completo e protecção dos solos, nomeadamente criando os instrumentos necessários à sua intervenção nesta área, à correcção das estruturas fundiárias, e consequentemente, das explorações agrícolas, pecuárias e florestais.

Tem-se a noção das dificuldades que este diploma irá encontrar: a ainda elevada taxa de analfabetismo no sector, o envelhecimento e

*Submetida à
Asssembleia Regional*

*MJ
30/1/11*

W



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

a fraca preparação técnica da população ligada à Agricultura, a dispersão das ilhas, a limitação da terra e a conseqüente pressão sobre a mesma para fins de mera capitalização ou de ocupação urbana desordenada.

Outras limitações resultam da insuficiente cobertura actual da Região pelo cadastro geométrico da propriedade e pelas cartas de solos e de capacidade de uso - elementos essenciais a uma intervenção desta natureza - bem como a carência de técnicos especializados e a desactualização dos registos e matrizes prediais.

Tais dificuldades acabam por ser outras tantas justificações deste diploma, o qual deverá desencadear um processo, necessariamente longo e persistente, de dinamização do sector agrícola, interessando nele as camadas jovens e diferenciadas da população, de maneira a aumentar a quantidade, a qualidade e a diversificação dos produtos agrícolas dos Açores.

Acentua-se o carácter fundamentalmente privado da Agricultura dos Açores, eventualmente desenvolvido em formas cooperativas ou de outro tipo de associação. Tal carácter não dispensa os poderes públicos de uma intervenção decisiva no impulso do processo global de modernização. Daí os programas de ensino, formação e extensão, a desenvolver, e o papel atribuído ao Instituto Regional de Ordenamento Agrário, bem como a definição, que já tarda, de unidades de cultura.

A necessária evolução e especialização da agricultura exigem um acentuado aumento do nível de formação geral, técnica e económica da população activa agrícola, particularmente no caso de novas orientações da gestão, da produção ou da comercialização, tornadas indispensáveis para o progresso técnico e as exigências dos mercados. Exige-se pois, um esforço colectivo notável, por forma a transformar os responsáveis das explorações agrícolas em verdadeiros chefes de empresas modernas, assegurando de uma maneira geral a qualificação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

profissional de todos quantos trabalham no sector agro-silvo-pecuário.

A aproximação da Europa Comunitária, se outros argumentos mais graves e profundos não existissem, seria uma razão adicional para este diploma.

Assim, o Governo Regional dos Açores, nos termos da alínea i) do art. 44º do Estatuto de Autonomia, apresenta à Assembleia Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Artº 1º

(Função social da propriedade rústica)

A função social da propriedade rústica, qualquer que seja a natureza do seu titular, obriga a que:

- a) a terra seja explorada conforme critérios técnicos e económicos apropriados a um destino agrário idóneo;
- b) nas unidades produtivas se realizem as transformações e melhoramentos necessários com vista a ser alcançado o mais adequado aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

Artº 2º

(Agentes económicos)

1. A exploração da terra para fins económicos de natureza rural cabe essencialmente aos sectores privado e cooperativo.
2. O disposto no número anterior não impede que entidades de direito público possuam terra e a explorem com fins agrícolas para a prossecução de objectivos que lhes sejam próprios.
3. Ao Governo Regional compete intervir nas actividades agrícolas com uma função educativa e inovadora quanto a técnicas e processos.



W

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 3º

(Acção do Governo Regional)

A acção do Governo Regional tem por directrizes fundamentais, em ordem ao desenvolvimento das actividades agrícola, pecuária e florestal:

- a) a melhoria do meio rural, com vista à elevação das condições de vida da população;
- b) a criação, o melhoramento e a conservação das explorações agrícolas com características socio-económicas adequadas;
- c) o aumento da capacidade técnica e económica necessárias para melhorar o valor acrescentado das explorações, e à sua competitividade interna e externa;
- d) o melhor aproveitamento, conservação e protecção dos recursos naturais.

Artº 4º

(Política a seguir)

As orientações definidas no artigo anterior implicam:

- a) uma política social, através do ensino e da valorização profissional do agricultor, bem como da sua segurança e qualidade de vida;
- b) uma política fundiária, assente no ordenamento rural, na racionalização do uso da terra e numa estruturação fundiária adequada.



W

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 5º

(Instituto Regional do Ordenamento Agrário)

Para a realização dos objectivos previstos no presente diploma é criado o Instituto Regional do Ordenamento Agrário, adiante designada por IROA, que assumirá o estatuto de instituto público regional.

Artº 6º

(Composição do IROA)

1. O IROA funciona sob tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.
2. O IROA é presidido por um dos adjuntos do Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e Pescas.
3. Constituem Serviços de apoio do IROA o Gabinete Técnico e a Repartição dos Serviços Administrativos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.
4. Constituem órgãos consultivos do IROA as Comissões de Emparcelamento previstas no Art. 48º do presente diploma.

Artº 7º

(Competências)

Compete ao IROA:

- a) coordenar a execução das medidas de ordenamento agrário, de aproveitamento geral do solo agrícola e da sua protecção;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- b) intervir no mercado fundiário com vista à correcção das estruturas agrárias;
- c) proceder ao estudo e regulamentação das medidas legislativas necessárias à prossecução dos objectivos do ordenamento agrário;
- d) colaborar no estudo das medidas legislativas sobre arrendamento rural, e acompanhar a sua execução;
- e) colaborar na elaboração dos instrumentos legais e apoiar as acções indispensáveis para o desenvolvimento do cooperativismo, e de outras formas de associativismo e trabalho da terra em comum;
- f) gerir o património regional, de acordo com os objectivos estabelecidos no presente diploma;
- g) exercer as demais competências que lhe forem atribuídas por lei.

Artº 8º

(Delegações)

Os Delegados do IROA ao nível de Ilha são, por inerência do cargo, os respectivos responsáveis pela chefia dos Serviços dependentes da Direcção Regional da Agricultura.

CAPÍTULO II

POLÍTICA SOCIAL

Artº 9º

(Promoção do profissional agrícola)

O Governo Regional incentivará a promoção profissional do empresário



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

agrícola e do trabalhador rural por conta de outrem tendo como ob
jectivo a melhoria dos padrões da sua qualidade de vida.

Artº 10º

(Ensino e Formação Profissional)

1. O Governo Regional apoiará e promoverá acções de sensibilização agrícola ao nível do ensino básico e programas de formação agrícola ao nível do ensino secundário.
2. A Universidade dos Açores contribui para a formação dos quadros técnicos na área das Ciências Agrárias através dos seus departamentos especializados, cumprindo-lhe também a promoção de iniciativas difusoras de conhecimentos com interesse para a Agricultura, como serviços prestados à Comunidade.

Artº 11º

(Divulgação e Extensão)

1. O Governo Regional promoverá acções de divulgação e de extensão rural, através de cursos práticos e da utilização sistemática dos meios de comunicação social regionalizados.
2. O Governo promoverá ainda, através dos seus Serviços, acções específicas de formação e de reciclagem para agricultores.

Artº 12º

(Jovens Agricultores)

Será incentivada a incorporação progressiva na direcção das exploraç



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

ções dos jovens agricultores que devam suceder profissionalmente na titularidade das mesmas e facilitado o acesso daqueles à propriedade dos meios de produção e à sucessão nas explorações.

Artº 13º

(Cessação da actividade agrícola)

Um regime de incentivos à cessação da actividade agrícola por parte de agricultores que se disponham a ceder as suas terras para melhorar a estrutura das explorações confinantes ou para instalação de jovens agricultores, será regulado por diploma especial.

Artº 14º

(Segurança Social)

O sistema de Segurança Social dos trabalhadores rurais é regulado por diploma especial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

CAPÍTULO III

POLÍTICA FUNDIÁRIA

SECÇÃO I

ORDENAMENTO RURAL

SUB-SECÇÃO I

REGRAS GERAIS

Artº 15º

(Objectivos)

1. O ordenamento do espaço rural constitui uma prioridade essencial do ordenamento do território da Região.
2. A política de ordenamento rural deve:
 - a) favorecer o desenvolvimento de todas as potencialidades do meio rural;
 - b) melhorar o equilíbrio demográfico entre as zonas urbanas e as rurais;
 - c) mantendo e desenvolvendo a produção agrícola, organizar a sua coexistência com as actividades não agrícolas.

Artº 16º

(Cartografia)

1. O Governo Regional mandará cartografar, à escala de 1/25 000



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

todas as ilhas do Arquipélago.

2. A cartografia referida no número anterior conterà a delimitação das manchas da Reserva Agrícola, e incluirá indicações da sua área total por freguesias, e das percentagens relativamente à área destas e à respectiva densidade demográfica.

3. A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, através da Direcção Regional da Agricultura, mandará afixar nas sedes das Juntas de Freguesia respectivas, as áreas já cartografadas das mesmas, e promoverá a sua actualização permanente.

Artº 17º

(Recursos hídricos)

O Governo Regional mandará proceder ao levantamento dos Recursos Hídricos da Região, de maneira a determinar-se, nomeadamente, a parte daqueles com que as actividades agrícolas podem contar.

SUB-SECÇÃO II

RESERVA AGRÍCOLA REGIONAL

Artº 18º

(Instituição)

É instituída a Reserva Agrícola Regional, também designada por Reserva Agrícola, que integra os solos com maior aptidão para a produção de bens agrícolas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 19º

(Identificação dos solos)

Os solos integrados na Reserva Agrícola serão obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física do território regional, designadamente planos de ordenamento, planos directores e planos de urbanização.

Artº 20º

(Constituição)

1. A Reserva Agrícola é constituída pelos solos das classes A, B, e C estabelecidas para a elaboração da Carta de Capacidade de Uso do Solo e pelos assentos de lavoura das explorações agrícolas que ocupam solos daquelas classes.
2. Enquanto não estiver concluída a elaboração da carta de Capacidade de Uso do Solo em toda a Região, o Governo Regional poderá, sobre proposta da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, incluir ainda na Reserva Agrícola outras áreas cuja utilização agrícola considerar que deve ser defendida.

Artº 21º

(Regime)

1. Nos solos da Reserva Agrícola são proibidas todas as acções que deminuem ou destruam as suas potencialidades, ou que se traduzam na sua utilização para fins não agrícolas, designadamente a construção de edifícios, aterros e escavações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior:

- a) as obras com finalidade exclusivamente agrícola;
- b) as habitações para agricultores nos seus prédios rústicos, quando estes forem constituídos unicamente por solos da Reserva Agrícola;
- c) as construções e infraestruturas de apoio a implantar dentro dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos definidos por planos de urbanização plenamente eficazes ou, na sua falta, fixados em diploma legal;
- d) as vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos e construções definidas como de interesse público, para cujo traçado ou localização não exista alternativa técnica ou economicamente aceitável;
- e) as obras indispensáveis para a defesa do património cultural.

Artº 22º

(Confirmação das excepções)

1. Compete ao Secretário Regional da Agricultura e Pescas confirmar as situações que integram as excepções previstas nas alíneas a) e b) do número 2 do artigo anterior.
2. Tratando-se de empreendimento ou construção de interesse público, a excepção prevista na alínea d) do número 2 do artigo anterior deverá ser confirmada por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Administração Pública, do Equipamento Social e da Agricultura e Pescas que, para o efeito, poderá ouvir, o Conselho Regional da Agricultura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

3. A excepção prevista na alínea e) do número 2 do artigo anterior deverá ser confirmada por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Cultura e da Agricultura e Pescas.

Artº 23º

(Processo de confirmação)

Os requerimentos pelos quais os interessados solicitem a verificação de qualquer das excepções previstas no número 2 do Artº 21º deverão, sob pena de indeferimento, ser instruídos com os seguintes elementos:

- a) identificação e morada do requerente e do proprietário do terreno, quando não for este a requerer;
- b) identificação e localização do prédio ou prédios rústicos, com indicação do lugar, artigos matriciais, área total a ocupar com as obras ou quaisquer outras formas de utilização do solo pretendidas, descrevendo-as e indicando pormenorizadamente as suas finalidades;
- c) planta onde venha assinalada com rigor a localização da obra, devendo incluir a delimitação da área a afectar, se as dimensões desta o permitirem;
- d) planta em escala não inferior a 1/10 000, contendo indicações de pormenor, nomeadamente os limites dos prédios e a localização exacta de todas as obras pretendidas a qual, em caso de inexistência, deverá ser substituída por um esquema suficientemente claro que inclua as mesmas indicações.

Artº 24º

(Exploração de pedreiras, barreiras e saibreiras)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Sem prejuízo das autorizações legalmente estabelecidas, a utilização de solos integrados na Reserva Agrícola para exploração de pedreiras, barreiras e saibreiras fica dependente de prévia autorização do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que, para o efeito, poderá ouvir o Conselho Regional da Agricultura.

Artº 25º

(Condicionamento à utilização dos solos para fins não agrícolas)

1. Todos os processos, de iniciativa pública ou privada, para licenciamento ou aprovação de urbanizações ou loteamentos, obras hidráulicas, vias de comunicação, construções de edifícios, aterros, escavações ou quaisquer formas de utilização de solos para fins não agrícolas, serão obrigatoriamente instruídos com certificado e emitir pela Direcção Regional da Agricultura, de que os mesmos não estão incluídos na Reserva Agrícola.
2. Quando, nos processos referidos no número anterior, for invocada qualquer das excepções previstas no Artº 21º, deverá - se for caso disso - ser indicado o despacho que as confirma, sem o que os respectivos processos não terão seguimento.
3. Se, no prazo de 60 dias contados da data da apresentação do requerimento, não houver sido proferido despacho que admita ou rejeite qualquer das excepções previstas no número 2 do Artº 21º, considerar-se-ão estas confirmadas para todos os efeitos.
4. Exceptuam-se do preceituado no número 1 dos processos referentes a zonas abrangidas por planos directores municipais, planos de urbanização aprovados há menos de 5 anos e áreas de desenvolvimento urbano prioritário ou áreas de construção prioritária, plenamente eficazes, e contendo a identificação dos solos da Reserva Agrícola.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 26º

(Sanções)

1. Qualquer forma de utilização de solos da Reserva Agrícola que contrarie as disposições deste diploma constitui contra-ordenação punível com coima de 100\$00 a 5 000\$00 por metro quadrado de área afectada, devendo ainda os infractores proceder, a expensas próprias à recuperação dos solos indevidamente utilizados, com base em projecto a aprovar pela Direcção Regional da Agricultura.
2. Quando o infractor não proceder à recuperação referida no número anterior no prazo de 90 dias após ser notificado da aprovação do projecto pela Direcção Regional da Agricultura, ou quando o referido projecto não for respeitado, poderá a Direcção Regional, ou qualquer dos organismos mencionados no artigo seguinte substituir-se ao infractor.
3. Na falta de pagamento voluntário das despesas resultantes da aplicação da parte final do número anterior, proceder-se-á à cobrança coerciva, servindo de título executivo a certidão passada pela entidade que procedeu à recuperação dos solos.

Artº 27º

(Fiscalização)

1. A fiscalização do cumprimento das disposições desta secção compete à Direcção Regional da Agricultura, com a colaboração das Câmaras Municipais e da Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

2. A Direcção Regional da Agricultura incumbe, especialmente, aplicar as coimas previstas no número 1 do artigo anterior, e embargar as obras, que sejam começadas em contravenção das disposições do presente diploma, nos termos da lei de processo.

SECÇÃO II

USO DA TERRA

Artº 28º

(Índices de Aproveitamento)

1. Todas as pessoas, singulares ou colectivas, que sejam proprietárias ou a qualquer título possuam prédios rústicos na Região, devem explorá-los por forma a atingir os índices de aproveitamento consêntâneos com a sua capacidade.

2. Consideram-se sub-aproveitados ou em mau uso as terras que não atinjam os índices de aproveitamento estabelecidos de acordo com o presente diploma, ou que estejam submetidos a práticas culturais inadequadas, dos quais resulte notória degradação do solo.

3. Incluem-se igualmente nas situações previstas no número anterior as terras afectas a explorações predominantemente agro-pecuárias em que, sem motivo justificado, os seus efectivos apresentem um evidente estado de subnutrição.

4. Consideram-se também subaproveitadas ou em mau uso as terras em exploração florestal nas quais se verifique o desrespeito pelas normas estabelecidas na condução dos povoamentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 29º

(Fixação dos índices mínimos)

Para efeitos de aplicação do presente diploma, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas estabelecerá, por portaria, os índices de aproveitamento mínimos exigíveis em cada ilha da Região.

Artº 30º

(Correcção de situações de subaproveitamento e mau uso)

1. Verificado o incumprimento dos índices de aproveitamento mínimo, e declarada a situação de mau uso, será imposto ao titular da exploração agrícola, pecuária ou florestal, e ouvido aquele, a adopção de um plano de aproveitamento elaborado e subscrito, no mínimo, por dois técnicos, e aprovado pelo Director Regional respectivo.
2. Dos planos de aproveitamento deverão constar:
 - a) a descrição pormenorizada dos tipos de exploração praticados, indicando os índices de aproveitamento cultural ou pecuário verificados, e as situações de mau uso declaradas;
 - b) elementos relativos à carta agrícola ou florestal, as cartas de solos e agro-ecológicas, sempre que tal seja viável;
 - c) a intensificação cultural determinada de acordo com a classificação das terras e a sua aptidão ou a indicação das práticas culturais tecnicamente recomendáveis.
3. Os titulares das explorações deverão prestar todas as informações necessárias à elaboração dos planos de aproveitamento, e facultar quaisquer documentos existentes, nomeadamente cadernetas prediais, licenças, alvarás e contratos de fornecimento ou de financiamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 31º

(Incumprimento do plano)

Quando não forem cumpridas as directrizes nos prazos fixados nos planos de aproveitamento, nem atingidas as metas estabelecidas, observar-se-á o seguinte:

- a) Em caso de não cumprimento por parte de rendeiro, será o facto comunicado ao senhorio, o qual pode rescindir o contrato, nos termos das normas vigentes para o arrendamento rural;
- b) se o senhorio assim não proceder no prazo de 60 dias, o IROA poderá, compulsivamente, substituir-se ao rendeiro, ou promover a expropriação por utilidade pública;
- c) em caso de não cumprimento por parte do proprietário, poderá o IROA proceder ao arrendamento compulsório, ou promover a expropriação, nos termos da alínea anterior.

Artº 32º

(Destino dos terrenos)

Os terrenos que venham a ser objecto das medidas previstas no artigo anterior serão destinadas pelo IROA ao aumento da superfície dos prédios contíguos com área inferior à unidade de cultura, ao melhorramento das condições tecnico-económicas das explorações agrícolas de dimensão insuficiente, ou ainda à criação de novas unidades de exploração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 33º

(Fiscalização)

A fiscalização do cumprimento das disposições desta secção compete, conforme os casos, às Direcções Regionais da Agricultura, Veterinária e Recursos Florestais, às quais competirá igualmente a declaração de mau uso referida no nº 1 do Artº 30º.

SECÇÃO III

ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA

SUB-SECÇÃO I

EMPARCELAMENTO

Artº 34º

(Finalidades)

Quando a fragmentação e dispersão da propriedade rústica ou das parcelas de exploração determinem inconvenientes de ordem económico-social, poderão realizar-se, nas áreas em que tal se verifique, operações de emparcelamento com o fim de melhorar as suas condições tecnico-económicas.

Artº 35º

(Âmbito)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

1. Considera-se emparcelamento as seguintes operações de remodelação de terrenos de aptidão agrícola ou florestal:
- a) o emparcelamento integral, visando a recomposição predial de todos os terrenos situados no interior de perímetros previamente demarcados;
 - b) o simples reagrupamento predial de terrenos pertencentes a, pelo menos, dois proprietários em zonas contínuas ou não;
 - c) o emparcelamento de exploração, visando a concentração de prédios rústicos ou de suas parcelas pertencentes a diferentes proprietários mas exploradas em conjunto pelo mesmo rendeiro;
 - d) o redimensionamento de explorações de agricultores autónomos, de sociedades de agricultura de grupo ou de cooperativas com dimensão insuficiente, mediante a promoção da compra de prédios confinantes de outros integrados nessas explorações ou através da venda ou arrendamento de terrenos do património da Região entregues ao IROA.
2. Considera-se ainda no âmbito do emparcelamento a realização de melhoramentos fundiários e rurais de carácter individual ou colectivo, que sejam indispensáveis à remodelação predial ou que, realizados simultaneamente com esta, contribuam para a valorização económica da respectiva zona ou para a promoção social das populações rurais.

Artº 36º

(Emparcelamento integral)

1. O emparcelamento integral tem por finalidade a concentração da área de vários terrenos dispersos, pertencentes ao mesmo proprietário, no menor número aconselhável de prédios, acompanhada da realização de obras de valorização económica e social da zona respectiva,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

nomeadamente de melhoramentos rurais fundiários de caracter colec
tivo.

2. A concentração de terrenos terá por base uma operação colectiva de trocas, e visará alcançar melhor ordenamento da propriedade, pe
la rectificação de extremas e pela eliminação de encraves e extin
ção de servidões prediais.

3. O emparcelamento visará ainda, sem prejuizo dos objectivos defi
nidos nos números anteriores o reagrupamento de parcelas que, perten
cendo embora a diversos proprietários, sejam exploradas em conjun
to.

4. As operações de emparcelamento integral efectuam-se em perímetros correspondentes a um conjunto de prédios pertencentes a determinado grupo de proprietários e com idênticas características estruturais.

Artº 37º

(Simple reagrupamento predial)

O simples reagrupamento predial consiste na correcção da divisão parcelar de terrenos, contínuos ou não, pertencentes pelo menos a dois proprietários, com a finalidade principal de melhorar as con
dições técnicas e económicas da exploração através da concentração possível do dimensionamento, da rectificação de extremas dos prédi
os e da extinsão de encraves e servidões.

Artº 38º

(Emparcelamento de explorações)

1. O emparcelamento, tendo em vista reunir parcelas dispersas de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

uma mesma exploração, executar-se-á quando possível, simultaneamente com as demais operações de remodelação predial.

2. A execução isolada do emparcelamento de exploração deverá subordinar-se às condições seguintes:

- a) não agravar a fragmentação da propriedade;
- b) conjugar a livre vontade de senhorios e rendeiros no sentido de se operarem as alterações necessárias face aos contratos existentes;
- c) ser possível assegurar a duração igual dos contratos de arrendamento que incidam ou venham a incidir sobre os terrenos abrangidos, por períodos não inferiores a doze anos, contados a partir do ano agrícola em que se conclua a remodelação parcelar.

Artº 39º

(Redimensionamento das explorações)

O redimensionamento das explorações tem por finalidade promover o aumento, até aos limites que forem definidos para cada ilha, da superfície das explorações de agricultores autónomos ou empresários, bem como das áreas exploradas sob a forma de sociedades cooperativas e de agricultores de grupo, de modo a melhorar a rendibilidade dos factores de produção.

Artº 40º

(Equivalência)

1. Os prédios e as unidades de exploração resultantes de operações de emparcelamento devem ser equivalentes em classe de cultura e valor de rendimentos aos que lhes deram origem, excluído o valor das par



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

celas nelas incorporadas por venda ou arrendamento.

2. Para o efeito da equivalência referida no número anterior, to mar-se-á em conta o valor dos terrenos que vierem a ser ocupados por melhoramentos fundiários de carácter colectivo, e o daqueles que tenham sido desafectados de tal utilização, bem como a repartição proporcional da diferença do valor de uns e de outros por todos os beneficiários do emparcelamento.

3. A equivalência estabelecida nos termos dos números anteriores não se considera prejudicada quando a diferença entre o valor dos prédios anteriormente possuídos e o valor exacto a retribuir não excede 1%.

4. Na impossibilidade de estabelecer a equivalência, quer em ter nos, quer em benfeitorias de igual espécie, poderão ser efectuadas compensações em dinheiro se os interessados nisso convierem, e des de que as compensações atribuídas por esta forma não excedam mais de 10% do valor dos terrenos ou das benfeitorias a retribuir.

Artº 41º

(Transferência de direitos, ónus ou encargos)

1. Consideram-se transferidos para os prédios resultantes do empar celamento todos os direitos, ónus e encargos de natureza real, bem como as situações jurídicas de arrendamento que incidam sobre os prédios anteriormente pertencentes ao mesmo titular; os rendeiros, porém, terão a faculdade de resolver os respectivos contratos.

2. Quando os direitos, ónus, encargos ou contratos referidos no nú mero anterior não respeitem a todos os prédios do mesmo proprietá rio delimitar-se-á a parte equivalente sobre que ficam a incidir.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 42º

(Independência da unidade de cultura)

A execução das operações de emparcelamento far-se-á independentemente das áreas mínimas da unidade de cultura.

SUB-SECÇÃO II

RESERVA DE TERRAS

Artº 43º

(Constituição)

Para a realização das operações de emparcelamento, poderá o IROA promover a constituição de uma "reserva de terras" com as finalidades seguintes:

- a) aumentar a superfície dos prédios de áreas inferior à unidade de cultura;
- b) melhorar as condições técnicas e económicas das explorações a grícolas de dimensões insuficientes;
- c) criação de novas unidades de exploração;
- d) afectação a obras de valorização económica e social de carácter colectivo das zonas em que sejam realizadas operações de emparcelamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 44º

(Constituição da Reserva de Terras)

1. A Reserva de Terras será constituída por:
 - a) terrenos adquiridos pelo IROA na zona a emparcelar;
 - b) outros terrenos já incluídos no património da Região Autónoma que possam ser afectados a esse fim;
 - c) terrenos adquiridos a qualquer título, ou arrendados compulsivamente nos termos do Artº 31º.
2. Para a constituição da Reserva de Terras, o IROA goza do direito de preferência em primeiro lugar, na transmissão por venda de terrenos situados na zona a emparcelar, a partir da publicação da portaria que determina o início das operações de emparcelamento, e até à conclusão das mesmas.
3. Ao direito de preferência referido no número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos Arts. 1410, 416 e seguintes do Código Civil.

Artº 45º

(Ineficácia das transmissões e dos melhoramentos)

1. São ineficazes, para efeitos de emparcelamento, as transmissões entre vivos de terrenos situados na área a emparcelar, e irrelevantes, para efeitos de avaliação, os melhoramentos fundiários realizados sem o parecer, emitido pelas comissões de emparcelamento, de que não prejudicam as operações de remodelação predial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

2. Incumbe aos sujeitos das transmissões dar notícia pormenorizada à comissão de emparcelamento dos actos e contratos pelos quais se transfira a propriedade de terrenos sujeitos a remodelação predial.

Artº 46º

(Venda dos terrenos da Reserva)

1. A venda de terrenos da Reserva será feita nas condições mais favoráveis de prazo de amortização, e da taxa de juro das linhas de crédito para as operações de emparcelamento.
2. Para efeitos de determinação do preço de venda das terras da Reserva, será feita uma reavaliação sempre que tenham decorrido mais de três anos entre a data de aquisição e a da aprovação dos projectos de emparcelamento sem prejuízo da actualização do valor do escudo, relativamente à última actualização feita.
3. A reavaliação referida no número anterior será também efectuada, qualquer que seja o tempo decorrido entre as datas citadas, quanto a terrenos nos quais se verifique mais valia devida a benfeitoria nelas expressamente realizadas pelo IROA.

Artº 47º

(Gestão provisória da Reserva)

Enquanto lhes não for dado destino definitivo, os terrenos incluídos na Reserva poderão ser objecto de contratos de arrendamento, os quais se consideram, para todos os efeitos, celebrados para fins de interesse público.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

SUB-SECÇÃO III

COMISSÕES DE EMPARCELAMENTO

Artº 48º

(Constituição)

1. As operações de emparcelamento serão executadas pelo IROA, coadjuvado por comissões de emparcelamento criadas na área onde tais operações se realizarem.
2. As comissões de emparcelamento são compostas por:
 - a) um representante do IROA, que preside;
 - b) os presidentes das Juntas de Freguesia onde se situar a zona submetida a emparcelamento;
 - c) um representante das associações de agricultores;
 - d) dois representantes escolhidos pelos proprietários;
 - e) dois representantes escolhidos pelos rendeiros;
 - f) um representante da Direcção Regional da Agricultura, como secretário.

Artº 49º

(Competência)

As comissões de emparcelamento competirá:

- a) delimitar o perímetro do emparcelamento;
- b) classificar e avaliar os terrenos;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- c) estabelecer o plano de melhoramento de carácter colectivo a realizar na zona;
- d) determinar os novos prédios a reatribuir;
- e) emitir os pareceres previstos no Artº 45º;
- f) promover a afixação de editais em que se dê conhecimento aos interessados do início das operações, dos elementos que servem de base à remodelação predial, do projecto de remodelação, bem como de todos os actos respeitantes às operações;
- g) apreciar as observações e reclamações sobre o projecto de remodelação predial, e os elementos que lhes servem de base.

Artº 50º

(Reclamações)

1. Sem prejuízo do disposto na alínea f) do artigo anterior, os actos que interessem individualmente aos proprietários ou titulares de quaisquer direitos sobre os terrenos a emparcelar serão notificados pessoalmente aos interessados mediante carta registada com aviso de recepção.
2. As reclamações previstas na alínea g) do artigo anterior devem ser instruídas com todos os elementos necessários à decisão, podendo designadamente os interessados nomear dois peritos.
3. Da decisão cabe recurso, a interpor no prazo de trinta dias, para o Secretário Regional da Agricultura e Pescas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

SUB-SECÇÃO IV

EXECUÇÃO DO EMPARCELAMENTO

Artº 51º

(Iniciativa das operações)

1. A iniciativa das operações de emparcelamento poderá ser tomada pelo IROA ou pelos próprios interessados, quando se trate de ope
rações referidas nas alíneas b) a d) do Artº 35º.
2. A iniciativa do IROA pode ser espontânea, ou provocada por inte
ressados, incluindo associações de agricultores e autarquias locais.
3. No caso mencionado na 2ª parte do número anterior, o respectivo pedido será dirigido ao IROA, e deverá indicar sumariamente os ob
jectivos pretendidos e a respectiva justificação.

Artº 52º

(Reconhecimento e inquérito)

1. Apresentado o pedido pelos interessados, ou tomada por estes a iniciativa das operações de emparcelamento, compete ao IROA, proce
der a um reconhecimento e inquérito com vista ao conhecimento sumá
rio dos seguintes elementos:
 - a) localização, área aproximada e características agrícolas dos ter
renos a remodelar;
 - b) necessidade ou conveniência de se proceder à remodelação;
 - c) número de prédios e de proprietários abrangidos;
 - d) previsão dos encargos de execução;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

e) possíveis dificuldades e resistências dos proprietários abrangidos.

2. O Secretário Regional da Agricultura e Pescas, perante as conclusões do reconhecimento e do inquérito, poderá ordenar, por portaria, a elaboração do projecto de emparcelamento da zona estudada.

Artº 53º

(Trabalhos iniciais)

1. Os trabalhos iniciais de emparcelamento consistirão na exacta de limitação da área a emparcelar, na obtenção do cadastro predial e na classificação, avaliação e determinação da situação jurídica dos terrenos.

2. A determinação da situação jurídica compreende as seguintes tarefas:

a) identificação dos proprietários ou possuidores, por qualquer título, dos terrenos submetidos ao emparcelamento;

b) verificação dos direitos, ónus, encargos, e contratos que, tendo por objectivo a totalidade ou parte dos prédios, não-de passar a incidir sobre a totalidade ou parte das parcelas atribuídas no final da operação ao mesmo proprietário.

3. Os elementos resultantes das actividades referidas nos números anteriores serão postos à apreciação dos interessados durante o prazo de trinta dias a contar da afixação do edital, podendo aqueles apresentar, perante a comissão de emparcelamento e por escrito, as observações e reclamações que entenderem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 54º

(Projecto)

1. Do projecto de emparcelamento devem constar os seguintes elementos:

- a) os novos prédios a atribuir aos proprietários em substituição dos que anteriormente tinham;
- b) os direitos, encargos ou contratos que sobre estes recaiam, e que devam ser transferidos para os novos prédios, com a delimitação da parte sobre que ficarão a incidir, no caso de não respeitarem a todos os terrenos do mesmo rendeiro;
- c) as servidões prediais relativas ao novo ordenamento da propriedade;
- d) o plano de ordenamento conexos.

2. O projecto será submetido à apreciação dos interessados, que poderão reclamar e recorrer no prazo referido no artigo anterior.

Artº 55º

(Apreciação)

1. Decididas as reclamações e os recursos, e feitas as correcções a que houver lugar, o projecto será submetido à apreciação do Conselho de Governo Regional, acompanhado da informação complementar sobre as reclamações ou os recursos que não tenham sido atendidos.



Vr

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

2. Se o projecto for aprovado, ordenar-se-á a sua execução por Decreto Regulamentar Regional, que facultará também a expropriação por utilidade pública urgente dos terrenos necessários à execução dos melhoramentos e obras previstos no projecto, determinando ainda a afectação à remodelação projectada dos terrenos do património regional que para o efeito foram destinados.

3. O diploma referido no número anterior constitui condição para a caducidade dos registos referentes aos prédios abrangidos pelo em parcelamento, a verificar aquando da titulação a que se refere o artigo seguinte.

Artº 56º

(Titulação)

Concluídos os trabalhos de execução do projecto, será lavrado pelo IROA e assinado pelo respectivo Presidente, um auto relativo a cada proprietário, que serve de justificação administrativa para e feitos de inscrição matricial e de registo predial, do prédio ou prédios que lhe couberem, e dos termos da transferência dos direitos e encargos que sobre as suas parcelas primitivas incidiam e devam subsistir.

Artº 57º

(Registo e certidões)

1. Os registos serão requeridos pelo IROA, sendo os respectivos custos pagos pelos interessados.
2. Na descrição de cada prédio mencionar-se-ão a unidade de cultura fixada para a zona submetida a emparcelamento, e a caracteris



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

tica de indivisibilidade dos prédios situados no interior da mesma zona:

3. O auto e as suas certidões ou fotocópias autenticadas constituem documento bastante para prova dos actos ou factos que dela constem ficando o original arquivado no IROA.

Artº 58º

(Excepções)

O disposto nos Arts. 56º e 57º não se aplica às operações de emparcelamento previstas nas alíneas b) a d) do Artº 35º, que carecem da celebração das necessárias escrituras públicas, e obedecem ao regime geral do Registo Predial.

SUB-SECÇÃO V

LIMITAÇÕES AO FRACCIONAMENTO

Artº 59º

(Unidade de cultura)

Para efeitos do disposto no presente diploma, e nos artigos 1376 e seguintes do Código Civil, o Governo Regional fixará as superfícies mínimas correspondentes às unidades de cultura da Região Autónoma dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 60º

(Alteração às unidades)

As unidades de cultura fixadas nos termos do artigo anterior podem ser alteradas por Decreto Regulamentar Regional, sob proposta do IROA, quando razões de natureza técnica, económica ou social o aconselharem.

Artº 61º

(Arrendamento a comproprietário)

1. Quando, por força do disposto no Artº 59º, um prédio rústico deva permanecer indiviso, e os comproprietários não pretenderem associar-se pelas formas legalmente admitidas, qualquer deles terá a facultade de exigir aos restantes que o prédio lhe seja arrendado, na parte que exceder o seu quinhão ideal.
2. No caso de serem vários a pretender exercer esse direito, observar-se-á o seguinte:
 - a) terá preferência o que dispuser de quinhão maior;
 - b) havendo quinhões iguais, preferirá o que possuir formação profissional ou prática agrária;
 - c) na igualdade das circunstâncias previstas na alínea anterior, o arrendamento será celebrado com aquele que primeiro der conhecimento da sua pretensão aos restantes através de notificação judicial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

SUB-SECÇÃO VI

INCENTIVOS A CONCENTRAÇÃO PREDIAL

Artº 62º

(Isenções)

1. As transmissões feitas para reagrupamento predial ou emparcelamento, e as unidades prediais daí resultantes gozam das isenções fiscais previstas na lei.
2. Os actos de Registo Predial e do Notariado respeitantes às operações de emparcelamento integral têm redução emolumentar nos termos da lei.

Artº 63º

(Crédito)

1. O Governo Regional promoverá o estabelecimento de linhas de crédito especiais para financiar acções de emparcelamento, incluindo o pagamento de tornas.
2. Quando porém o preço de transmissão das terras for manifestamente exagerado relativamente ao valor venal corrente na localidade, não haverá lugar a bonificação da taxa de juro para os montantes que excedam este valor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 64º

(Alteração ao regime do arrendamento rural)

O Artº 23º do Decreto Regional nº 11/77-A, de 20 de Maio com a re
dacção que lhe deu o Artº 11º do Decreto Regional nº 1/82/A, de
28 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

"Artº 23º

(Arrendamento de terras pertencentes a entes públicos)

1. Os contratos de arrendamento de terras pertencentes a qualquer ente público, nomeadamente as incluídas na "Reserva de Terras" do Instituto Regional do Ordenamento Agrário, são regulados pelo pre
sente diploma.
2. Porém o seu carácter de interesse público determina a respectiva caducidade, sem direito a indemnização, logo que a Administração de
cida dar-lhes outro destino."

Artº 65º

(Alteração ao regime do arrendamento de baldios)

É aditado um artigo 14º-A ao Decreto Regional nº 18/80-A, de 21 de Agosto, com o seguinte teor:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

• "Artº 14º-A

(Caducidade)

1. O arrendamento previsto neste diploma caduca nos casos previstos no número 1 do Artº 1051 do Código Civil, e ainda quando a Administração decidir, nos termos da lei, dar outro destino aos terrenos, por os mesmos de acharem incluídos na "Reserva de Terras" do Instituto Regional do Ordenamento Agrário.
2. A caducidade não opera se se verificarem as condições previstas no Artº 1056º do Código Civil."

Artº 66º

(Regulamentação)

No prazo de 180 dias após a publicação do presente diploma, o Governo Regional regulamentará as seguintes matérias:

- a) orgânica do IROA;
- b) unidade de cultura;
- c) limites mínimos e máximos das explorações para efeitos do disposto no Artº 39º;
- d) crédito bonificado, nos termos do Artº 63º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artº 67º

(Vigência plena)

As disposições do presente diploma quanto ao emparcelamento entra
rão em vigor trinta dias depois do cumprimento das obrigações im
postas no artigo anterior.

Aprovado em Conselho de Governo em 10 de Janeiro de 1985.

O SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS,

Adolfo Ribeiro Lima